

ACUMULAÇÃO ILIMITADA E A POLÍTICA COMO MERA FORÇA: HANNAH ARENDT SOBRE IMPERIALISMO E CAPITALISMO

Unlimited accumulation and politics as mere force: Hannah Arendt on imperialism and capitalism

Adriano Correia (UFG/CNPq)¹

RESUMO

Neste texto busco articular a análise do imperialismo e da emancipação política da burguesia realizada por Hannah Arendt na segunda parte (Imperialismo) de *Origens do totalitarismo*. Em uma crítica direta à concepção liberal de política, Arendt estabelece um vínculo estreito entre a emancipação política da burguesia, a compreensão da política como dominação e exploração e o processo de acumulação ilimitada de riqueza.

Palavras-chave: Imperialismo, Capitalismo, Acumulação, Hannah Arendt

ABSTRACT

In this text I seek to articulate the analysis of imperialism and political emancipation of the bourgeoisie carried out by Hannah Arendt in the second part (Imperialism) of *The Origins of Totalitarianism*. In a direct criticism of the liberal conception of politics, Arendt establishes a close link between the political emancipation of the bourgeoisie, the politics understood as domination and exploitation, and the process of unlimited accumulation of wealth.

Keywords: Imperialism, Capitalism, Accumulation, Hannah Arendt

Em *Origens do totalitarismo* Arendt reconhece no imperialismo o motor da transformação do processo ilimitado de acumulação em ocupação central do Estado-nação, quando tratou da emancipação política da burguesia, ou antes quando identificou no imperialismo “o primeiro estágio do domínio político da burguesia”². Como consequência desses desdobramentos,

os interesses privados, que por sua própria natureza, são temporários, limitados pelo período natural de vida do homem, agora podem fugir para a esfera dos assuntos públicos e tomar-lhe emprestado aquela infinita duração de tempo necessária para a acumulação contínua. Isto parece criar uma sociedade muito semelhante àquela das formigas e abelhas, onde “o bem Comum não difere do Privado; e sendo por natureza inclinadas para o benefício privado, elas procuram consequentemente o benefício comum”. Não obstante, uma vez que os homens não são nem formigas nem abelhas, tudo isto é uma ilusão. A vida pública assume o aspecto enganoso de uma soma de interesses privados, como se estes interesses pudessem criar uma nova qualidade mediante a mera adição³.

A política converte-se assim em uma mera função da sociedade. A liberdade da sociedade “requer e justifica a limitação da autoridade política. A liberdade situa-se no domínio do social, e a

1- Doutor em filosofia pela Unicamp (2002), bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq e professor de filosofia da Universidade Federal de Goiás.

2- Id., *Origens do totalitarismo*, p. 168.

3- Ibid., p. 175.

força e a violência tornam-se monopólio do governo”⁴. O resultado é a conversão da política em mero governo e enfim do governo em mera administração, cuja forma acabada é o governo de ninguém ou burocracia, que se mantém sempre na iminência de ser uma das “mais cruéis e tirânicas versões”⁵ do governo e que Arendt julgava ser em sua época “uma realidade muito maior que a classe”⁶: “a burocracia, ou o domínio de um sistema intrincado de departamentos nos quais nenhum homem, nem um único nem os melhores, nem a minoria nem a maioria, pode ser tomado como responsável, e que deveria mais propriamente chamar-se domínio de Ninguém”⁷. Trata-se, enfim, da conversão da força na “essência da ação política e [de sua posição] no centro do pensamento político” ou da “introdução da força como único conteúdo da política”⁸.

Desse movimento cabe reter a clareza com que Arendt indica a funcionalização da política pelo propósito de acumulação ilimitada de riqueza, tanto em *Origens do totalitarismo* quanto em *A condição humana*. Também cabe notar sua insistência em que o imperialismo, como forma típica da compreensão burguesa de política, era “produto de dinheiro supérfluo e de gente supérflua”⁹, e que “o lixo humano, que cada crise, seguindo-se invariavelmente a cada período de crescimento industrial, eliminava permanentemente da sociedade produtiva”¹⁰ era um subproduto da produção capitalista tanto quanto o capital supérfluo.

Frequentemente negligenciada na análise da obra *Origens do totalitarismo* – com exceção do tratamento dado à crise dos direitos humanos provocada pelo surgimento dos apátridas, os refugiados e as minorias – a seção sobre o imperialismo era decisiva para Hannah Arendt na compreensão do fenômeno totalitário. Como reitera no prefácio de 1966, acrescentado à terceira edição da obra, o imperialismo foi decisivo na “desintegração do Estado nacional, que continha quase todos os ingredientes necessários para gerar o subsequente surgimento dos movimentos e governos totalitários”¹¹.

Com sua busca ilimitada de poder (aqui, distintamente do que se dará mais tarde em *Sobre a violência* [1969], empregado como equivalente a força e violência), o imperialismo buscou oferecer uma resposta ao crescimento constante da produção, com a concentração de capital supérfluo que não poderia ser reinvestido na produção, e as reiteradas crises que produziam sistematicamente um amplo contingente de pessoas que restou à margem do sistema produtivo. A expansão pelo amor à expansão foi precedida pela instrumentalização do aparato estatal precisamente para que o Estado pudesse afiançar e garantir como fiador o ultrapassamento das fronteiras do próprio Estado

4- Id., *A condição humana*, p. 37.

5- Ibid., p. 49.

6- Id., “Sobre Hannah Arendt”, p. 142.

7- Id., *Sobre a violência*, p. 33. Em “Franz Kafka: uma reavaliação”, p. 101, Arendt assinala que o pesadelo figurado em *O processo* “representa adequadamente a natureza verdadeira da coisa chamada burocracia – a substituição do governo pela administração e das leis por decretos arbitrários”.

8- Id., *Origens do totalitarismo*, p. 167 e p. 168.

9- Ibid., p. 181.

10- Ibid., p. 180.

11- Ibid., p. 151.

nacional para a exportação do capital gerado pelo excesso de poupança “resultante da produção capitalista num sistema social baseado na má distribuição”¹² e da mão-de-obra supérflua gerada pelas crises constantes que se seguiam a cada crescimento industrial.

Hannah Arendt concebe uma imagem bastante eloquente para descrever o imperialismo colonial europeu das últimas décadas do século XIX e das primeiras do século XX: o capital supérfluo uniu-se à gente supérflua e abandonaram os seus países para, “juntos, estabelecerem o primeiro paraíso de parasitas, cujo sangue vital era o ouro”¹³. A busca ilimitada de força e poder, como resposta à demanda por expansão ilimitada, não apenas demoliu as fronteiras dos Estados nacionais e exportou um aparato administrativo e policial que governava pela coerção e pela violência os povos subjugados. Esta busca também engendrou o fenômeno da “política mundial” sem o qual “a pretensão totalitária de governo global não teria sentido”¹⁴. Ocorre que, afirma Arendt, “de todas as formas de governo e organização de povos, o Estado-nação é a que menos se presta ao crescimento ilimitado, porque a sua base, que é o consentimento genuíno da nação, não pode ser distendida além do próprio grupo nacional, dificilmente conseguindo o apoio dos povos conquistados”, pois a nação “concebe as leis como produto da sua substância nacional que é única, e não é válida além dos limites do seu próprio território, não correspondendo aos valores e anseios dos outros povos”¹⁵.

O imperialismo é a verdade da política da burguesia, mobilizada pelos princípios econômicos antipolíticos da concorrência e da expansão, baseados ambos em força política. Com efeito,

o imperialismo surgiu quando a classe detentora da produção capitalista rejeitou as fronteiras nacionais como barreira à expansão econômica. A burguesia ingressou na política por necessidade econômica: como não desejava abandonar o sistema capitalista, cuja lei básica é o constante crescimento econômico, a burguesia tinha de impor essa lei aos governos, para que a expansão se tornasse o objetivo final da política externa¹⁶.

Para Arendt era claro que o imperialismo não termina necessariamente no desastre do totalitarismo e que “a experiência ulterior de campos de concentração e fábricas da morte é tão alheia à sua atmosfera quanto o é de qualquer outro período anterior da história do Ocidente”, mas é também claro que “certos aspectos fundamentais dessa época assemelham-se tanto aos fenômenos totalitários do século XX que se poderia considerar esse período como estágio preparatório para as catástrofes vindouras”¹⁷.

Os donos do capital supérfluo passaram a fazer parte da vida da nação apenas para exigir “que o governo protegesse seus investimentos” e “nessa exigência, contudo, seguiram as tradições

12- Ibid., p. 177. Cf. pp. 147 e 179, nota 49.

13- Ibid., p. 181.

14- Ibid., p. 151.

15- Ibid., p. 156 e 157.

16- Ibid., p. 156.

17- Ibid., p. 153.

estabelecidas da sociedade burguesa de sempre considerar as instituições políticas exclusivamente como instrumento de proteção da propriedade individual”¹⁸. Arendt observa quão curioso é o fato de a burguesia ter sido “a primeira classe na história a ganhar a proeminência econômica sem aspirar ao domínio político”¹⁹. A estranheza se dissipa parcialmente, entretanto, quando temos em conta que para a classe burguesa, até o imperialismo, o Estado fora sempre apenas uma “*força policial bem organizada*”²⁰, cuja forma poderia ser qualquer uma que assegurasse a proteção de sua propriedade. Assim, os membros da classe burguesa,

antes de serem súditos numa monarquia ou cidadãos numa república, eram essencialmente pessoas privadas. Essa privatividade e a preocupação principal de ganhar dinheiro haviam gerado uma série de padrões de conduta que encontram expressão nos provérbios – “nada é tão bem-sucedido como o sucesso”, “a força é o direito”, “o direito é a conveniência” etc. – que são necessariamente frutos da experiência de uma sociedade competitiva. Quando, na era do imperialismo, os comerciantes se tornaram políticos e foram aclamados como estadistas, enquanto os estadistas só eram levados a sério se falassem a língua dos comerciantes bem-sucedidos e “pensassem em termos de continentes, essas práticas e mecanismos privados transformaram-se gradualmente em regras e princípios para a condução dos negócios públicos”²¹.

Esta é a outra face da progressiva imbricação entre público e privado e entre política e economia que Arendt julga ser um traço central da modernidade política, tal como encontramos na obra *A condição humana*.

Com isto, “todo homem e todo pensamento que não é útil, e não se conforma ao objetivo final de uma máquina cujo único fim é a geração e o acúmulo de poder, é um estorvo perigoso”²². Não obstante, todos podem pertencer à classe burguesa, mesmo não sendo proprietários, “conquanto que concebam a vida como um processo permanente de aumentar a riqueza e considerem o dinheiro como algo sacrossanto que de modo algum deve ser usado como simples instrumento de consumo”²³. É esta concepção do burguês mais como tipo que como classe que desempenha um papel importante na compreensão arendtiana do totalitarismo.

18- Ibid., p. 179.

19- Ibid., p. 153.

20- Ibid., p. 168 (grifos meus).

21- Ibid..

22- Ibid., p. 174. “De acordo com os padrões burgueses, aqueles que são automaticamente destituídos de sorte e não têm sucesso são automaticamente excluídos da competição, que é a essência da vida da sociedade. A boa sorte é identificada com a honra e a má sorte com a vergonha. Transferindo ao Estado os seus direitos políticos, o indivíduo delega-lhe também suas responsabilidades sociais: pede ao Estado que o alivie do ônus de cuidar dos pobres, exatamente como pede proteção contra os criminosos. Não há mais diferença entre mendigo e criminoso – ambos estão fora da sociedade. Os que fracassam perdem a virtude que a civilização clássica lhes legou; os infelizes já não podem apelar à caridade cristã” (p. 171).

23- Ibid..

O imperialismo exportava da nação apenas os instrumentos de violência do Estado, a polícia e o Exército, e criava um aparato administrativo profundamente autoritário e violento²⁴. Para Arendt, enfim,

a força tornou-se a essência da ação política e o centro do pensamento político quando se separou da comunidade política à qual devia servir. É verdade que isso foi provocado por um fator econômico. Mas a resultante *introdução da força como único conteúdo da política*, e da expansão como seu único objetivo, dificilmente teria obtido aplauso tão universal, nem a conseqüente dissolução do corpo político do país teria encontrado tão pouca oposição, se não correspondessem de modo perfeito aos desejos ocultos e às convicções secretas das classes social e economicamente dominantes²⁵.

O sonho burguês de produzir dinheiro com dinheiro sem passar pela produção só pôde se tornar realidade com a transformação da política em mero exercício da força fiadora da ultraexpropriação de povos ou raças consideradas inferiores. Não obstante, “os donos do dinheiro miúdo perderam tanto tão depressa que logo os donos do capital supérfluo ocupavam sozinhos o que era, de certa forma, um campo de batalha. Não tendo conseguido transformar toda a sociedade em uma comunidade de jogadores, voltaram a ser supérfluos, excluídos dos processos normais de produção para os quais, depois de algum tumulto, todas as outras classes voltaram mansamente, se bem que algo mais pobres e mais rancorosas”²⁶. A despreocupação da ralé com qualquer princípio e sua atração pela política como violência contra tudo o que pareça obstáculo a seus interesses atraiu imensamente a classe burguesa e permitiu a aliança cujo propósito final era a conversão de toda a sociedade em uma “sociedade de jogadores”, nas palavras de Arendt, para transformar “toda a economia capitalista de sistema de produção para um sistema de especulação financeira, e substituir os lucros da produção por lucros de comissão”²⁷.

Arendt compreende que desde sua origem o capitalismo é antes de tudo expropriação e sacralização da riqueza²⁸, que nos sonhos mais acalentados de seus jogadores assume a imagem de um cassino rodeado de seguranças armados dispostos a tudo para garantir que o jogo persista e que os perdedores sejam reiteradamente contidos, ou exterminados. O imperialismo ou a emancipação política da burguesia deslocou para o centro da organização da vida social a “jogatina no mercado

24- “Em regiões atrasadas, sem indústria e sem organização política, onde a violência campeava mais livre que em qualquer país europeu, as chamadas leis do capitalismo tinham permissão de criar novas realidades. O desejo da burguesia de fazer com que o dinheiro gerasse dinheiro como homens geravam homens não passava de um sonho: o dinheiro tinha de percorrer longo caminho desde o investimento na produção; o dinheiro não gerava dinheiro - os homens é que faziam coisas e dinheiro. O segredo do sucesso estava precisamente no fato de terem sido eliminadas as leis econômicas para não barrarem o caminho à cobiça das classes proprietárias. O dinheiro podia, finalmente, gerar dinheiro porque a força, em completo desrespeito às leis - econômicas e éticas-, podia apoderar-se de riquezas. O dinheiro exportado só pôde realizar os desígnios de seus proprietários quando conseguiu estimular e concomitantemente exportar a força. Somente o acúmulo ilimitado de poder [força] podia levar ao acúmulo ilimitado de capital”. Ibid., p. 166.

25- Ibid., pp. 167-168 (grifos meus).

26- Ibid., pp. 178-179.

27- Ibid., p. 164.

28- Cf. Id., *A condição humana*, p. 75ss.

de ações”²⁹ e promoveu a substituição do agente econômico sujeito da produção e da troca tal como concebido pelo liberalismo clássico pelo jogador agiota cujo sonho consiste em ganhar dinheiro por já possuir dinheiro e por sua esperteza, sem o aborrecimento de ter de produzir qualquer coisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 13ª ed. revista. Trad. R. Raposo. (Rev. téc. A. Correia). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016.

_____. Sobre Hannah Arendt. Trad. A. Correia. *Inquietude*, Goiânia, vol. 1, nº 2, ago/dez, 2010, pp. 123-162.

_____. Franz Kafka: uma reavaliação. In: *Compreender – formação, exílio e totalitarismo* (Ensaio 1930-1954). Trad. D. Bottmann. Belo Horizonte/São Paulo: Ed. UFMG/Companhia das Letras, 2008.

_____. *As origens do totalitarismo*. Trad. R. Raposo. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. *Sobre a violência*. Trad. de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

OWENS, Patricia. “The supreme social concept: the un-worldliness of modern security”. *New Formations*, 71, Summer 2011, pp. 14-29.

VILLA, Dana. “Genealogies of Total Domination: Arendt, Adorno, and Auschwitz”. *New German Critique* 100, vol. 34, nº1, Winter 2007, pp. 1-45.

29- Id., *Origens do totalitarismo*, p. 165.